

Espaço da Reitoria

João Edgar Schmidt
Pró-reitor de Pesquisa

Pesquisa: excelência e internacionalização da UFRGS

O grande desafio que se apresenta hoje para a nossa comunidade universitária, e em especial para os pesquisadores, é dar amplitude à nossa atuação individual e coletiva na construção da melhor universidade do Brasil, conduzindo a UFRGS a um patamar de Classe Mundial.

Desde muito cedo, os colegas que iniciaram a pesquisa na UFRGS acreditavam, assim como nós, que a pesquisa – para além do desenvolvimento do saber – é um instrumento renovador da qualidade acadêmica dos docentes e técnicos administrativos, com óbvias repercussões na formação discente. A evolução da pesquisa na Universidade foi tanta que hoje somos considerados um dos melhores centros de pesquisa e de ensino de graduação e de pós-graduação do país obtendo, por via de consequência, grande reconhecimento internacional. Nesse sentido, é emblemática a recente conquista dos pesquisadores da UFRGS contemplados com o maior apoio à pesquisa da história em chamadas do CT-

INFRA/Finep, destacadamente a frente das melhores instituições nacionais.

Todavia, podemos e devemos ir muito além, pois nossa trajetória vitoriosa nos permite dar saltos maiores!

Na perspectiva da pesquisa, para alcançarmos a meta estabelecida “UFRGS Classe Mundial”, precisamos ajudar a pavimentar algumas estradas e desobstruir outras, para que o fluxo do fazer científico e tecnológico se acelere. Entre essas estão as vias que levam a uma desburocratização do desenvolvimento da pesquisa no país, as que ampliam o investimento em ciência e tecnologia (em franca desaceleração neste momento de crise mundial), as que melhoram significativamente o ensino básico do Brasil e aquelas que ampliam a capacidade operacional da pesquisa na própria UFRGS.

Do ponto de vista da comunidade pesquisadora, há que se considerar dois aspectos importantes sobre os quais ela deve se debruçar de forma mais enfática para que a Universidade avance ainda mais

rápido em qualidade. Primeiramente, é necessário internacionalizar os recursos humanos que atuam em pesquisa, dando muito mais amplitude e articulação ao que fazemos. Ou seja, conquistar profissionais de alto nível para trabalhar conosco, lado a lado, como pesquisadores convidados, pós-doutores ou outros, diversificando assim as contribuições intelectuais para o saber científico e tecnológico aqui desenvolvido. O segundo aspecto é necessariamente vinculado ao primeiro, pois se constata que deve ser tarefa de todos incrementar as colaborações internacionais e, concomitante e necessariamente, internacionalizar a língua utilizada nas salas de aula e nos laboratórios de pesquisa.

É óbvio que muitas outras ações também contribuem para o avanço almejado, mas abrir nossos espaços de pesquisa para o mundo é um importante aspecto desse conjunto.

A UFRGS entre as 100 melhores do mundo em ... 2015? Será a nossa nova grande conquista!

UFRGS

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
Av. Paulo Gama, 110 - Bairro Farroupilha,
Porto Alegre - RS | CEP 90046-900
Fone: (51) 3308-7000 | www.ufrgs.br

Reitor
Carlos Alexandre Netto
Vice-reitor
Rui Vicente Oppermann
Chefe de Gabinete
João Roberto Braga de Mello
Secretário de Comunicação Social
Flávio Porcello

JORNAL DA UNIVERSIDADE
Publicação mensal da Secretaria de
Comunicação Social da UFRGS
Fones: (51) 3308-3368 / 3308-3497
Email: jornal@ufrgs.br

Conselho Editorial
Cassiano Kuchembecker Rosing, Cesar Zen Vasconcellos, Dalro José Nunes, Edson Luiz Lindner, Fernando Cotanda, Flávio Porcello, Maria Heloisa Lenz, Maria Henriqueta Luce Kuse, Ricardo Schneiders e Rudimar Baldissera
Editora
Ánia Chala
Repórteres
Everton Cardoso, Jacira Cabral da Silveira e Samantha Klein
Projeto gráfico
Juliano Bruni Pereira
Diagramação
Kleiton Semensatto da Costa
Fotografia
Flávio Dutra
Revisão
Ánia Chala
Bolsistas
Bibiana Guaraldi, Priscila Daniel e Priscila Kichler Pacheco (jornalismo)
Circulação
Márcia Fumagalli
Fotolitos e impressão
Gráfica da UFRGS
Tiragem 12 mil exemplares

facebook.com/jornaluniversidade
@jornalufrgs

Mural do leitor

jornal@ufrgs.br

Aniversário da Engenharia

No mês de agosto, a Escola de Engenharia completará 116 anos de atividade. Gostaríamos de saber se há interesse em abordar o assunto na próxima edição do Jornal. Achemos interessante também ressaltar que a Escola conta, desde março, com perfis no Facebook (facebook.com/engenhariaufrgs) e no Twitter (@engUFRGS), o que contrasta com a tradição da instituição frente a contemporaneidade do tema redes sociais.

► **Paulo Fernando Z. Bueno, técnico administrativo em Educação; Christine Hartmann Leopardo, bolsista de Comunicação Social da Escola de Engenharia**

Memória da UFRGS

ACERVO LUME / UFRGS



1910

No mês em que a Engenharia completa 116 anos, esta imagem da biblioteca, então situada no prédio da esquina da avenida João Pessoa com a rua Sarmento Leite, serve de pretexto para saudar o trabalho de todos os que colaboraram para a consolidação da Escola como uma das melhores do país.

Artigo

Alianças partidárias: “diga-me com quem andas e te direi quem és”?

A abertura do calendário eleitoral de 2012 foi marcada pela repercussão das movimentações partidárias visando à formação de alianças para as disputas pelas prefeituras municipais. Se coalizões partidárias são fenômenos corriqueiros em democracias, a foto de Lula com Maluf em São Paulo, o debate do PP gaúcho sobre possível aliança com o PC do B e a caça aos pequenos partidos para ampliar o tempo dos principais candidatos no horário eleitoral gratuito, terminaram por reforçar o mantra do declínio das ideologias e a inevitabilidade de uma vocação fisiológica dos partidos brasileiros. Ideologias não contam mais? Coalizões partidárias eleitorais são necessariamente fisiológicas? Tudo se resume a aumentar o tempo dos candidatos no horário eleitoral gratuito?

Antes de entrar em um exame dos fatores que estariam alimentando estratégias eleitorais pelos partidos brasileiros, parece necessário reafirmar duas premissas: (1) coalizões partidárias são fenômenos frequentes nas melhores democracias e não podem ser julgadas de modo simplório como correspondendo a um “vale-tudo” eleitoral. Muitas democracias possuem padrões *consociativos* (LIJPHART, 2003), caracterizados por fragmentação e multipartidarismo. Por isso, para disputar eleições, formar governos e dar-lhes apoio legislativo, são formadas – não raro grandes – alianças partidárias, o que contribui para promover partilha de poder e moderação política. Embora a dimensão esquerda/direita tenha uma centralidade nas poliarquias contemporâneas, outras clivagens podem constituir base para coalizões consistentes

programaticamente: governo/oposição, religião, acordos sobre programas de políticas públicas (gestão pública, meio ambiente). (2) A distribuição do tempo no horário eleitoral gratuito, com base na representação de cada partido, conforme sua última votação federal, constitui um critério altamente democrático, pois faz do voto do eleitor a medida para a força de cada legenda, ao mesmo tempo que contribui para reforçar partidos nacionais, uma vez que utiliza a representação obtida na Câmara dos Deputados, e não aquela conquistada nos colégios municipais. Portanto, não é aqui (coalizões, tempo de TV) que reside o problema.

A observância de critérios de proximidade ideológica na formação de alianças eleitorais é tanto maior, quanto mais os partidos percebam que eleitores estejam dispostos a punir a violação dessas fronteiras constituídas por ideologias e identidades políticas. Em 1986, PDT e o então PDS aliaram-se, visando à eleição para o governo gaúcho. Esta estratégia supunha que a soma dos votos dos dois partidos seria suficiente para conquistar o executivo estadual. Contudo, Aldo Pinto, o candidato da coalizão PDT/PDS fez votação inferior a que havia sido obtida pelos dois partidos somados, quatro anos antes, revelando que parte significativa de seus eleitores rejeitava uma aliança entre partidários do regime militar e trabalhistas, apenas um ano após a transição para o governo civil.

Quando falamos em “partidos fortes”, estamos nos referindo a organizações baseadas em militância voluntária, cotizações como base para financiamento partidário e bandeiras ideológicas. O que nem sempre percebemos é que estamos falando de

um fenômeno temporalmente datado, circunscrito a uma idade de ouro dos chamados partidos de massa, geograficamente localizada na Europa ocidental. Fortes identidades societárias (classe social, confissões religiosas, interesses regionais) consolidadas antes mesmo da introdução do sufrágio universal, foram a matéria prima para a formação de eleitorados pré-dispostos a responder a apelos ideológicos bem delimitados e, principalmente, a punir a transgressão de seus representantes em relação a esses valores políticos. Partidos ideológicos tiveram como base o temor em relação à punição eleitoral promovida por eleitores ideológicos. Da mesma forma, coalizões eleitorais delimitadas a contornos ideológicos dependem de eleitores dispostos a constranger os partidos a alianças dentro de suas respectivas famílias ideológicas.

A legislação eleitoral brasileira oferece sua contribuição para incrementar o custo da formação de identidades políticas e partidárias pelos eleitores. Com reduzidas exigências não somente para a formação de legendas partidárias, mas para o acesso destas a recursos eleitorais preciosos (tempo no horário eleitoral gratuito), o resultado é a multiplicação de siglas, sem correspondência com votos e eleitores. A consequência é o aumento na dificuldade para o eleitor discernir o significado de cada legenda e constituir vínculos de identidade estáveis em relação a elas.

Fator relevante que deve ser levado em conta diz respeito ao impacto do federalismo sobre a competição eleitoral. O Brasil possui um complexo modelo de governo dividido, horizontal (separação de poderes entre Executivo, Legislativo e Judiciário) e

verticalmente (governo federal, governos estaduais em 26 estados e Distrito Federal e governos locais em mais de 5,5 mil municípios). Considerando a extensão e diversidade regionais, é de se esperar que a força dos partidos e a dinâmica da competição eleitoral variem de estado para estado, ou conforme as características peculiares em cada município. Isto é próprio de Estados federativos e não cabe algum tipo de engenharia corretiva, como foi o caso da malfadada “verticalização das coligações eleitorais”, produto de uma peculiar interpretação de nossa Constituição, promovida pelo Judiciário. A consequência é que a fisionomia dos partidos tende a variar, segundo peculiaridades (culturais, sociais, econômicas, históricas) de cada colégio eleitoral estadual ou municipal. Os principais partidos não apresentam características uniformes, de estado para estado. Nem mesmo o PT – antes padronizado segundo o figurino de sua seção paulista – é o mesmo, em cada um dos municípios brasileiros.

Mais uma vez, é importante sublinhar: partidos são agentes maximizadores de votos e tendem a expandir o espaço onde buscam seus sufrágios. Contudo, serão mais cílios das fronteiras ideológicas ou programáticas de suas alianças eleitorais, quanto mais percebam que os votos que possam ganhar com alianças ideologicamente inconsistentes são inferiores às perdas geradas pela punição de seus eleitores tradicionais.

André Marenco
Professor do Programa de Pós-graduação em
Ciência Política e membro do Consun